

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.613 DE 2009

(Supremo Tribunal Federal)

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

EMENDA Nº

Dê-se ao § 1º do art. 4º da Lei 11.416, de 15 de dezembro e 2006, com a redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei em epígrafe, a seguinte redação:

“Art. 1º

“Art.4º

§ 1º Os ocupantes do cargo da Carreira de Analista Judiciário - área judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista e demais leis especiais, serão enquadrados na especialidade de Oficial de Justiça Avaliador Federal.”

.....”

JUSTIFICATIVA

A emenda ora apresentada consiste em alterar o art. 1º do Projeto de Lei nº 6613/2009. Este artigo trata da modificação do Art. 4º, § 21, da Lei 11.416/2006, cuja principal alteração é tão somente na sua parte final para referir o enquadramento do cargo de Analista Judiciário na especialidade “Oficial de Justiça Avaliador Federal”, sendo que redação constou especialidade “Oficial de Justiça Avaliador da União”.

A substituição da expressão “Oficial de Justiça Avaliador da União” pela expressão “Oficial de Justiça Avaliador Federal” se mostra apropriada à estrutura orgânica dos Poderes na CF/88, além da terminologia adotada pela legislação atualmente em vigor, do que dão exemplo o Código de Processo Civil (arts. 680 e 1.003, dentre outros) e a Consolidação das Leis Trabalhistas (art. 721, § 1º, dentre outros), assim o denominar.

Por outro lado, a denominação ao cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal é histórica e no Brasil remonta legislativamente ao Decreto-Lei Nº 5.452 - de 1º de maio de 1943 – DOU DE 09/08/1943, quando fora aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, recepcionada pela atual Constituição da República de 1988, assim como quando da re-criação da própria Justiça Federal, que voltou a ser prevista pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 e sua organização se deu com o advento da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

Nos termos da Constituição da República brasileira, a Justiça é definida em suas competências como Federal e Estadual e não Justiça da União e dos Estados.

Ao atribuir a denominação de Justiça Federal, o faz como sendo a **Justiça Federal** o conjunto dos órgãos do Poder Judiciário que têm a competência prevista no art. 109 da Constituição Federal de 1988, ou seja, **o julgamento de ações nas quais a União Federal**, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais **figurem como autoras ou rés, bem como intervenientes de qualquer natureza**

Portanto o Cargo de Oficial de Justiça Avaliador da Justiça Federal, não pode ser confundido como Cargo e atribuições confundidas com a existência do Ente UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com competências, atribuições e quadro definidos constitucional e infraconstitucionalmente, o Ente União não possui em seus quadros o Cargo de Oficial de Justiça posto ter o Brasil adotado o princípio da tripartição dos Poderes com freios e contra-pesos.

Por todas as razões expostas, devendo ser mantida a atual denominação do cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal, tal como prevê o artigo § 1º do artigo 4º da Lei nº 11.416/2006, deverá ser o § 1º do art. 4º do PL 6613 de 2009 modificado, substituindo-se a expressão “DA UNIÃO” para “FEDERAL”.

Solicita aos seus pares o acolhimento da presente emenda para aprová-la na sua íntegra.

Sala das Comissões, 02 março de 2010

JURANDY LOUREIRO
Deputado Federal
(PSC-ES)